



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM  
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA JEQUITINHONHA

ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Auditório do Centro Administrativo Municipal  
Rua da Glória, nº: 394 – Bairro: Centro, Diamantina/MG  
Data: 11 de dezembro de 2014 às 13h30min

Aos 11 (onze) dias do mês de dezembro do ano de 2014 (dois mil e quatorze), realizou-se no Auditório do Centro Administrativo Municipal, na Rua da Glória, nº 394, Bairro: Centro, município de Diamantina, Estado de Minas Gerais; a 90ª (nonagésima) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC) Jequitinhonha. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Sr. (senhor) Silvio Henrique Cruz Vilhena, Presidente, Chefe Regional do Alto Jequitinhonha – IEF; Sr. Wagner Vicente Rodrigues de Almeida, Titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sra. (senhora) Danielle Cristina Fonseca Santos Graziotte, 1ª (primeira) Suplente da Secretaria Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas (SEDEVAN); Sr. Marco Antônio de Lima, Titular da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. Capitão Nilson de Jesus Neves, Titular da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Felipe Faria de Oliveira, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Josálvaro de Castro Guimarães, 2º Suplente do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) – Superintendência de MG; Sra. Wilmara das Graças Pereira, 1ª Suplente da Prefeitura do Município Sede da URC/JEQ.; Sr. Alexandre Alves da Silva, Titular do Comitê de Bacia Hidrográfica na área de abrangência da URC/JEQ.; Sr. Ézio Darioli, 2º (segundo) Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sr. José Otoni Alves Campos, Titular da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Guilherme Coelho Neves, 1º Suplente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Júlio dos Santos Abreu Júnior, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – Seção Minas Gerais (ABES/MG); Sra. Ivana Machado Souto, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG); Sr. Alex Mendes Santos, Titular da Caminhos da Serra Ambiente, Educação e Cidadania; Sra. Andreza Lemos Meira, Titular da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG). SILVIO (PRESIDENTE): Verifica a existência de quórum, convida a todos para imposição de respeito para execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Presidente da URC Jequitinhonha, Dr. Danilo Vieira Júnior.** SILVIO (PRESIDENTE): Cumprimenta a todos, agradece a presença e declara oficialmente aberta a 90ª (nonagésima) Reunião Ordinária (RO) da Unidade Regional Colegiada (URC) Jequitinhonha, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM). Apresenta-se, sou Silvio Henrique Cruz de Vilhena, Analista Ambiental do Instituto Estadual de Florestas, justifico minha atuação como Presidente dessa Reunião Ordinária (RO), o Dr. Gislando Vinícius por motivo de força maior não pôde comparecer, fui indicado pelo Sr. Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Dr. Danilo Vieira Junior para presidir essa sessão. Vou ler o documento que oficializa a minha indicação para presidir essa reunião. “*Memorando número 053 SEMAD. Gabinete do Secretário Adjunto. 09 de Dezembro de 2014. Senhores Conselheiros e Conselheiras. Diante da impossibilidade de comparecimento do titular e 1º*



Suplente representantes da SEMAD, junto a URC (COMPAM Jequitinhonha), conforme composição estabelecida pelas deliberações (COPAM) Nº484 de 2013, indico o Sr. Silvio Henrique Cruz de Vilhena integrante do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais para presidir a 90ª Reunião Ordinária (RO) da Unidade Regional Colegiada (COMPAM Jequitinhonha) que será realizada no dia 11 de Dezembro de 2014 às treze horas e trinta minutos no município de Diamantina. Atenciosamente. Assina o Sr. Danilo Vieira Junior".

Secretário Adjunto do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e presidente da URC (COPAM Jequitinhonha). Agradecer a Sra. Eliana Piedade Alves Machado, Superintendente Regional de Regularização Ambiental, todo o apoio que nos foi dado pela equipe da SUPRAM Jequitinhonha nessa nossa participação excepcional. Comunico que essa Presidência observará o cumprimento do regimento interno do Conselho de Política Ambiental conforme dispõe a deliberação normativa COPAM 177/2012 e dessa forma solicito a colaboração de todos os Conselheiros e o pessoal que compõe a plateia para que colaborem para uma reunião que transcorra dentro da normalidade, a observância do regimento nos assegura a todos o exercício pleno da cidadania. Item 3 da pauta da 90ª Reunião Ordinária (RO).

**3. Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** Conforme o regimento, prazo para manifestações de 30 minutos dos senhores Conselheiros e para os não Conselheiros desde que, previamente inscrito que irão compartilhar esse tempo que será dado. A palavra está aberta. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Dá boas-vindas ao Presidente Silvio, elogia o trabalho deste parceiro do Ministério Público. Reforça um e-mail que encaminhou para alguns colegas Conselheiros e também pede auxílio da SUPRAM. Na última URC foi estabelecido um grupo de trabalho decorrente a alguns pedidos de vistas relacionados ao estudo da Diversus com relação a alguns impactos socioeconômicos do empreendimento Anglo American, eu sou um dos Conselheiros que pediu vista e ficamos de agendar uma reunião, eu pedi para Eliana o e-mail dos conselheiros que também fizeram pedido de vista e mandei e-mail a todos. A Dra. Denise, a Dra. Carla, inclui o e-mail do Alex que falou que queria compor o grupo, mesmo não tendo feito pedido de vistas. Eu havia sugerido no e-mail era nós realizarmos a primeira reunião hoje após a URC, seria possível a gente fazer um primeiro encontro para começarmos a estabelecer uma rotina de outras reuniões, estabelecer os pontos iniciais desse nosso grupo de trabalho e reunião. Reforça esse convite. Peço a Eliana se fosse possível, a presença do Wesley e do Rodrigo. Tem algumas informações que a SUPRAM tem sobre o empreendimento, poderia nos auxiliar e subsidiar para facilitar esse nosso diálogo. Fico aguardando após a reunião se isso efetivamente vai ocorrer. Agradece. SILVIO (PRESIDENTE): Continua aberta para manifestação. ALEX (CAMINHOS DA SERRA): Dá boas-vindas ao Presidente Silvio. Eu recebi o representante da Itinga Mineração em uma reunião para apresentar os dois programas, um de apoio ao artesanato local, várias famílias dependem desse processo como uma ação social, socioambiental. Eles começaram, procuraram os artesãos e descobriram que existem 19 artesãs e núcleos familiares que trabalham com esse processo. A empresa já requereu um DNPM, está licenciando a área de artesanato, eles organizaram essa turma para ir a uma feira nacional em Belo Horizonte e eles já tiveram condições de ir com mais organização. Fizeram os cartões de apresentação, estão trabalhando com eles questões de custo, de venda, criando um site para expor os produtos. Pede para o Conselho apoiar esses processos. Gostaria de citar também o programa de Educação Ambiental de ações com escola, pegaram uma escola rural que próxima ao empreendimento e estão dando seguimento, isso é muito importante. Com relação a Ômega que foi uma solicitação à trilha verde eles estavam usando. Ontem teve uma reunião com a Ômega e eles já retiraram as placas, já orientaram a empresa que é terceirizada que estava usando a trilha como processo isso era proibido dentro do projeto e a gente vai acompanhar e abriram também um canal de comunicação com a prefeitura que estava com



alguns problemas relativos aos programas, ficamos de acompanhar esse processo. Tivemos uma experiência em Gouveia que foi a realização de um fórum de discussão de mineração em Gouveia que iniciamos esse ano com alunos do ensino médio do primeiro ano do ensino médio, começamos a trabalhar com esses alunos na escola há quatro meses e trabalhando com uma mineração a Tracomal que trabalha com pedras ornamentais, o grupo foi dividido em alunos que trabalhariam nas questões da empresa e alunos que trabalhariam as questões socioambientais e eles receberam não só o EIA/RIMA como também o parecer único e foram trabalhados durante esses três meses para culminar no fórum. Entorno de 320 alunos e nos moldes do nosso conselho aqui, com toda formalidade de formação da mesa dos conselheiros, da discussão, apresentação da empresa, votação e eles usaram, eles estiveram aqui visitando o COPAM, eles aplicaram as questões de levantar as fichas de apoio ou contra foi bem interessante foi formada uma mesa também eles apoiando e não apoiando, os comentários são muito positivos, custo baixíssimo de introdução desse processo, os meninos visitaram a própria mineração, trabalharam em cima dos programas, viram o que estava sendo proposto o que estava sendo apresentado na empresa. Foi muito enriquecedor é a educação que a gente está tentando implementar com as escolas de Gouveia uma coisa diferenciada só palestras que não envolvem tanto. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Cumprimenta a todos, dá boas-vindas ao Presidente Silvio. Parabeniza o conselheiro Alex pelo trabalho que vem fazendo lá na comunidade de Gouveia através da sua ONG. Traz um convite. Dia 16 haverá formatura da segunda turma do projeto de Educação Ambiental feito na cidade com as Escolas Municipais com o apoio da Prefeitura de Diamantina as dezenove e trinta no Espaço; são 50 crianças é um programa de Educação Ambiental similar ao PROERD. O PROJEA traz informações sobre o meio ambiente Educação Ambiental. Agradece. JOSÉ OTONI (FAEMG): Eu gostaria que a Eliana programasse para o início do ano a ida da sua equipe à Araçuaí porque as licenças que foram concedidas principalmente ao agricultor familiar estão vencendo. Temos recebido muitas cobranças, pois eles querem que seja revalidada a licença deles. Agradece a Eliana e a sua equipe pelo atendimento que dado em 2014 em Araçuaí e nos municípios vizinhos com assistências dentro das possibilidades, ficamos muito satisfeitos. Deseja a todos os presentes um Feliz Natal e Próspero Ano Novo e que o ano que vem contemos com essa luta como foi esse ano de 2014. ELIANA (SUPRAM JEQ): Cumprimenta a todos. Agradece a todos pela participação efetiva em 2014 uma vez que essa participação requer um envolvimento e uma dedicação, têm desdobramentos específicos, que vai desde o estudo do parecer único como da articulação e discussão com os vários atores envolvidos as questões mais emblemáticas de cada empreendimento objetivando chegar a melhor alternativa possível, requer paciência, o respeito às opiniões contrárias a tolerância e essa participação é de fundamental importância, pois o licenciamento ambiental está ficando cada vez mais pesado e a SUPRAM não dá conta sozinha, a contribuição dos senhores nessas discussões traz um alívio para a gente. Pelas visões diferentes que cada entidade tem e interesses diferentes e principalmente pela atuação regional. Quero agradecer-los. Outro ponto seria uma breve avaliação, fazer essa reflexão no sentido de considerar as falhas, o nosso empenho, dedicação considerando toda lição e o aprendizado que extraídos desse processo de construção da análise até o julgamento, feita essa análise lá na SUPRAM eu entendo que aqui é a instância mais apropriada para externar essa reflexão. Essas considerações são para que este conselho possa refletir na continuidade do seu mandato em 2015. Os empreendimentos que tem uma maior complexidade eles precisam ser discutidos antes das URC's, em reuniões parciais para que o empreendedor tenha a oportunidade, tranquilidade de expor o que é o seu projeto. A SUPRAM tenha a oportunidade de com tranquilidade mostrar todos os pontos mais relevantes da sua análise. Em uma reunião da URC com toda a formalidade regimental, tempo cronometrado, a participação, presença de pessoas às vezes com ânimo mais alterado ou



principalmente com conhecimento superficial do empreendimento, nas últimas reuniões pode se observar que isso dificulta uma discussão madura e um aprofundamento da discussão, e essa decisão cabe aos senhores. Estas reuniões são necessárias para que possam esgotar todas as dúvidas e para que na reunião de julgamento, os senhores tenham segurança e conheçam o empreendimento que estão julgando. Essas reuniões devem ser uma rotina para esses empreendimentos, mas tem a questão de tempo que precisa ser observado tanto a SUPRAM em sua análise e como também aqui nas discussões para não causar outros prejuízos. Outro ponto é que, ainda que o cumprimento de Condicionantes seja uma obrigação do empreendedor entendemos que a SUPRAM analisar o cumprimento das Condicionantes dentro de uma regularidade maior. Para antecipar problemas, para discutir com empreendedores alguns ajustes, adequações caso sejam necessárias e também até antecipar com essa mesma regularidade dar um retorno desses projetos mais complexos aqui para a URC, os empreendedores às vezes eles tem dificuldades do cumprimento satisfatório de algumas condicionantes e se conseguirmos analisar dentro dessa regularidade de um tempo menor vamos poder essas Condicionantes com nível de dificuldades poderão ser reavaliadas pela SUPRAM e pela URC em busca de um resultado mais satisfatório. Outro ponto é que algumas questões precisavam ser discutidas antecipadamente também com a equipe da SUPRAM antes de serem encaminhadas para outras instâncias decisórias que às vezes acaba dando desdobramentos, atrasos, desgastes, coisas que às vezes poderia evitar com uma simples reunião. São questões técnicas que precisam ser discutidas melhor, vamos colocar as duas equipes para discutir evitando desgastes e críticas. Existe também a necessidade de ampliar e fortalecer esse diálogo entre a SUPRAM, Ministério Público e outras entidades, instituições com atuação aqui regional e que tenham interface com licenciamento e eu digo ampliar e fortalecer investindo ainda mais no fortalecimento. Algumas questões, e alguns empreendimentos que às vezes o licenciamento está correndo na SUPRAM, mas existem outras discussões e tratativas junto ao Ministério Público ou outras instituições e que a SUPRAM só toma conhecimento disso na hora que o parecer está na pauta e às vezes aqui na hora da URC. Reitera que o produto da análise da SUPRAM é o parecer único ele é uma síntese onde se tenta colocar o que é o empreendimento segundo os estudos apresentados com seus impactos, medidas mitigadoras e compensatórias e em um empreendimento grande e complexo é difícil para nossa equipe retratar de uma forma assim clara tudo dentro de poucas páginas. O que às vezes pode estar subentendido para nossa equipe, para os senhores pode ter gargalos, mas é o parecer de vista é posicionamento da nossa equipe, um posicionamento de entendimento técnico e jurídico institucional é esse entendimento que a nossa equipe vem aqui defender para os senhores. Feitas essas considerações uma justificativa, o ano de 2014 foi um ano difícil para a SUPRAM Jequitinhonha tivemos uma defasagem em nossa equipe técnica com perda de colaboradores que foram encerramentos de contratos, antes dos novos servidores serem empossados, a equipe ficou muito reduzida com período sem diretor técnico depois os novos servidores chegaram precisando passar por treinamento, restrição orçamentária que dificultou a realização dos treinamentos que estavam previstos, conseguimos realizar poucos treinamentos alguns com a parceria da FIEMG do SINDIESTRA, no entanto, conseguimos fazer o melhor que pudemos para que o nosso trabalho não parasse. Agradece a toda a equipe da SUPRAM Jequitinhonha, por todo comprometimento e dedicação, aos conselheiros e ainda aos empreendedores que eles são os nossos clientes da SUPRAM e que com os quais temos uma relação profissional transparente e o embate técnico e uma troca muito grande de conhecimento de experiências. Agradecer o Rodrigo, diretor técnico que está encerrando a sua jornada aqui na SUPRAM Jequitinhonha e retornando para SEMAD nessa área com essa experiência da regularização ambiental que ele possa lembrar-se e contribuir na construção dessas ferramentas para apoiar aqui os nossos



analistas. Deseja Feliz Natal a todos e um 2015, muito bom para todos nós. **Áudio não identificado - Manifestação fora do microfone.** SILVIO (PRESIDENTE): Agradece. Parabeniza Eliana pelas colocações. Mediante solicitação e em função da excepcionalidade eu concedo um minuto, a palavra ao diretor técnico da SUPRAM Rodrigo. RODRIGO (SUPRAM JEQ): Agradece. Agradece a todos vocês e me despedir temporariamente claro, agradecer aos senhores conselheiros pela paciência e carinho, pela atenção. Queria agradecer e me colocar a disposição dos senhores todos eu continuo funcionário da SEMAD, a SEMAD ainda tem as funções de apoiar os conselhos na regularização ambiental, mesmo eu voltando para a gestão ambiental. A gestão ambiental ela é ferramenta de gestão territorial, gestão do estado de Minas do qual esse conselho faz parte, então eu espero que continuemos parceiros o tempo todo. Agradece a todos. Vou pedir um favor para os senhores, escute mais essa equipe, eles têm o que falar. Agradece. **Manifestação fora do microfone.** SILVIO (PRESIDENTE): Concede mais dois minutos um para o conselheiro capitão Nilton Neves e para o Dr. Felipe e assim encerramos o item 3 da pauta. CAPITÃO NILSON NEVES(PMMG): Parabenizar Eliana pela proposta para o próximo ano, acho muito importante esse processo sugerido de discutir em reuniões menores os processos mais complexos, eu colocaria mais um adendo nessa questão, principalmente os grandes processos o prazo regimentar de 10 dias de encaminhamento do PU para os conselheiros é insuficiente, eu sugeriria que ampliasse esse prazo porque fica inviável para analisar, ler o processo como um todo, visto que importante vir para a reunião mais embasado. Outro pedido, é que alguns conselheiros os mais novos e até suplentes que vem substituindo alguns titulares não tem conhecimento pleno do funcionamento do COPAM, então, sugiro se não está previsto um treinamento para os conselheiros para atualizar para reforçar com relação ao regimento. Agradece. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Parabeniza as iniciativas dos Alex referentes ao projeto. Parabenizar e agradecer a equipe da SUPRAM. Parabeniza o Rodrigo e deseja sucesso. Agradece a Eliana por todo trabalho nesses dois anos, as discussões que temos aqui sempre de maneira muito cordial, profissional, são muito salutares, acho muito positivo. Parabenizo a Eliana pela iniciativa da reflexão, a questão das análises de Condicionantes de forma periódica. Acho muito bom, é uma reclamação constante das pessoas e às vezes até dos empreendedores que querem orientações como cumprir as condicionantes e para os conselheiros também já que a questão das condicionantes é sempre muito debatida aqui. Mas trago uma ponderação, que é a questão da transparência para com as demais pessoas e os registros em ata, por mais que seja muito interessante a **realização de reuniões com os empreendedores** se não vai ficar registrado aqui em ata e os outros conselheiros não vão participar desse debate e as pessoas que estão presentes também não vão ter ciência dessas informações que são debatidas, então acho que por um lado é muito interessante essas reuniões parciais em grupos menores, mas por outro eu acho que é importante que esses debates sejam feitos aqui no conselho, porque é isso que dá transparência isso que dá democraticidade é isso que possibilita uma maior clareza do licenciamento, apontar ainda a necessidade do diálogo ser decorrente de uma abertura não só do Ministério Público mas das outras entidades incluindo a SEMAD, pois às vezes ela mesma se faz refratária a informações trazidas de fora, eu acho que é bom para os técnicos, é bom para os conselheiros, é bom para a empresa. Desejar um Feliz Natal a todos e espero que 2015 seja muito proveitoso para todos nós. Agradece. SILVIO (PRESIDENTE): Dá prosseguimento, passa para o próximo item de pauta. Item de pauta 4. **Exame da Ata da 86ª RO de 29/09/2014 e 87ª RO de 30/10/2014.** Em discussão. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Destaque. São pequenos detalhes, mas eu acho que talvez alterem a compreensão da frase. Linha 99, onde esta escrito tempo prévio dessa magnitude, é um empreendimento dessa magnitude. Linha 104 onde está escrito disponibilidade de vários documentos, no site do SIAM, falta a informação no site do SIAM.



246 Linha 176 onde está escrito ao TARCA é ao TAC , que é ao TAC de Irapé e a mesma  
247 questão na linha 183, 184 perdão é uma questão de digitação, mas na hora de uma eventual  
248 leitura pode complicar da questão. Linha 261 onde está escrito uma das imagens também fala  
249 da ausência de beleza paisagística, fala da presença da beleza paisagística estava justificando  
250 justamente a importância paisagística do local. Linha 405 eu acho que houve uma inversão da  
251 fala do Sr. presidente o Sr. Danilo que onde consta fui informado que não foi disponibilizado  
252 só fisicamente, a disponibilização foi eletrônica, eu acho que foi justamente o contrário que  
253 ele quis dizer que não foi disponibilizado eletronicamente a disponibilização foi só física,  
254 tanto é que isso corrobora com a frase seguinte do Wesley, eu acho que houve uma troca.  
255 Estou encerrando é rapidinho, são pequenos detalhes só. Linha 3615,3616 suprimir, não isso  
256 não tem nenhuma relação com o empreendimento de uma fala nossa; muitas vezes na fala a  
257 gente diz: não, não dá para falar que isso não nenhuma relação com o empreendimento, ficou  
258 parecendo que foi uma afirmativa do Ministério Público, mas, era uma expressão que estava  
259 sendo utilizada enfim. Por último, linha 3794 ao final da fala do Ministério Público houve um  
260 ponto de interrogação que era uma pergunta e 3796 e 3797 a mesma coisa ao final das frases o  
261 ponto de interrogação para caracterizar a pergunta já que é respondida logo em seguida pela  
262 técnica. GUILHERME (FEDERAMINAS): Cumprimenta a todos. Parabeniza e corrobora  
263 com as palavras do Capitão Nilson, seria muito interessante a ampliação dos conhecimentos  
264 do regimento do conselho. Solicita que fosse enviado a Ata mesmo não tendo participado da  
265 reunião seria pertinente estar recebendo, gostaria de estar recebendo essas comunicações.  
266 Não recebi o e-mail que Dr. Felipe, eu sou um dos Conselheiros que pedi vista ao processo e  
267 seria interessante estar participando dessas reuniões. Agradece. ELIANA (SUPRAM JEQ):  
268 Esclarece que é encaminhada aos Conselheiros somente a pauta com a convocação. Todo o  
269 material, as atas, os pareceres são disponibilizados no site a partir da convocação. SILVIO  
270 (PRESIDENTE): Questiona se há mais alguma consideração. Coloca em votação e aprovam a  
271 redação definitiva das atas da 86ª e 87ª Reuniões Ordinárias. Prossegue. Item 5 da pauta. **5.**  
272 **Processo Administrativo para exame de Licença de Operação: Item 5.1 Anglo American**  
273 **Minério de Ferro Brasil S.A - Linha de transmissão de energia elétrica - Itabira,**  
274 **Alvorada de Minas, Conceição do Mato Dentro, Dom Joaquim, Itambé do Mato Dentro,**  
275 **Morro do Pilar, Passabem, Santa Maria de Itabira, Santo Antônio do Rio Abaixo e São**  
276 **Sebastião do Rio Preto/MG - PA/Nº 11807/2007/003/2013 - Classe 3 - Apresentação:**  
277 **Supram JEQ.** Indago se há algum destaque. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Destaque.  
278 SILVIO (PRESIDENTE): Mais alguma manifestação? Item 6. **Processos Administrativos**  
279 **para exame de Revalidação da Licença de Operação: 6.1 CBL - Companhia Brasileira**  
280 **de Lítio - Lavra Subterrânea com Tratamento a Úmido e Unidade Complementar de**  
281 **Beneficiamento, Exceto Pegmatito e Gemas - Itinga e Araçuaí/MG - PA/Nº**  
282 **00314/1990/010/2014 - DNPM nº 807022/1971 - Classe 3 - Apresentação: Supram JEQ.**  
283 Comunica que em decorrência de questões de ordem técnica e jurídica esse item foi retirado  
284 da pauta. Considerando a solicitação de destaque, coloca em discussão pela representatividade  
285 que solicitou destaque, o item 5.1 da pauta. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Agradece.  
286 Faz três perguntas para equipe técnica. Antes até de adentrar a algumas dúvidas, discuti umas  
287 sugestões a que se refere às Condicionantes 09,10,11 e 12, que é de monitoramento de fauna e  
288 discutimos e coloquei uma sugestão e me parece que até foi debatida com o empreendedor, de  
289 incluir o monitoramento de morcegos, quirópteros, pois em linhas de transmissão existe muito  
290 risco de colisão, então enfim fica essa sugestão, para poder aprimorar o programa de  
291 monitoramento e para agregar essas Condicionantes, eu acho que um primeiro registro.  
292 Algumas dúvidas, na página 5 do PU, os senhores fazem menção que é do traçado da linha de  
293 transmissão que segundo informações e documentos do processo atingiu no total 134  
294 propriedades barra posses e não 120, como informado na LI. Houve desmembramentos das



propriedades? Porque atingiu uma área superior ao que estava previsto na LI? **NÃO IDENTIFICADO:** Realmente houve esta alteração. **SILVIO (PRESIDENTE):** Por favor. **CRISTIANE (SUPRAM):** Realmente houve esta alteração. Foi solicitada à empresa a documentação, isso foi apresentado e foi analisado sendo confirmada essa alteração. **FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO):** Houve uma intervenção em área não prevista ali? **WESLEY (SUPRAM JEQ):** A empresa respondeu que houve a questão de espólio próximo, e novos levantamentos informados quando foi verificado a questão da regularidade documental, desmembramento, novas propriedades, posseiros, então foram “N” situações envolvidas, mas verificamos, a listagem dos titulares ali do domínio da posse e verificamos se houve de fato a emissão seja através de processo judicial de desapropriação emissão de posse ou documento que relacionava aquele profissional listado, bem como os contratos de instituição de servidão. De forma amigável entre a empresa e os terciários atingidos. Houve entre os títulos os contratos emissões de posses judiciais e essa relação de 134, mas de fato houve essa diferença entre o que foi levantado na LI que foi indicado como propriedades atingidas com a fase seguinte agora da operação do número de contratos de servidão, foi questão de propriedades, desmembramentos tem tudo. **FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO):** Agradece. Um registro que o Ministério Público tem obrigação de fazer concernente a dispensa de reserva legal por se tratar de linha de transmissão com base na Lei Estadual nº 2922/2013 e na Lei Federal nº12651/2012, existe uma arguição de inconstitucionalidade desse dispositivo feita junto ao Supremo Tribunal Federal questionando entre várias outras questões a função ecológica da reserva legal uma vez que existe um disposto no Artigo 225 da Constituição que fala que o legislador não pode suprimir as funções ecológicas dos institutos, além da própria proibição do retrocesso ambiental por meio de leis infraconstitucionais, essa DI está lá no Supremo aguardando uma apreciação final. E o Ministério Público de Minas Gerais foi um dos principais atores na elaboração desse documento, é preciso registrar o entendimento do Ministério Público da inconstitucionalidade desses dispositivos que dispensaram a reserva legal de linhas de transmissão, junto com outros dispositivos da mesma natureza dos chamados Novos Códigos Florestal Nacional e Estadual. Peço à diretoria de controle que se manifeste, sei que o Estado entende pela validade. Na página 40 do PU é referente a uma Condicionante. A Condicionante 22 essa informação ela se repete ao longo de várias Condicionantes no estado de cumprimento, que se refere pela aprovação da CPB das áreas de compensação e parece que já teve a 49ª RO. Porque os 60 dias da data da reunião teria passado só para esclarecer uma dúvida sobre essa questão das datas. **SILVIO (PRESIDENTE):** Na verdade esse processo de compensação florestal é processo autônomo de responsabilidade do IEF, então em atendimento, em adequação à portaria 99/2013, a empresa já havia protocolado no caso das Condicionantes de protocolo de propostas isso está pacificado acredito. Mediante aos protocolos dos processos executivos de compensação foi formalizado o processo de compensação na instância competente que é o Instituto Estadual de Florestas, através de seus regionais, foram feitas as verificações de campo de conformidade das propostas em relação à realidade de campo, esses estudos apresentados e as análises feitas em campo, o parecer foi favorável, foi deliberado pela Câmara de Proteção Biodiversidade do COPAM na 49ª Reunião Ordinária ficando, portanto, como também prevê a própria Portaria 99 a assinatura dos termos de compromisso de compensação florestal, esse é um processo diferenciado, ele teve início antes da Portaria 99, finalizou após a Portaria 99, então, tivemos que fazer, havia alguns modelos de termos de compromisso que em função de peculiaridades desse empreendimento, posso citar um deles a condição da restrição da empresa, restrição à aquisição de imóveis rurais pela empresa de imóveis rurais, tendo em vista, ela ser equiparável a empresa estrangeira, então nós tivemos que fazer uma engenharia para fazer umas amarrações nesses termos de compromisso de compensações florestais para a gente ter





robustez e fato garantia de que as compensação sejam cumpridas. Então, de fato os termos ainda não foram assinados, estamos praticamente já está consolidado e pacificado entre o IEF Regional de Jequitinhonha e o empreendedor com relação aos termos, desses TC CFs, outro complicador foi que o parecer do IEF observou que no caso das intervenções de APP não houve a observância da equivalência em cem por cento daquilo que foi intervindo em APP naquilo que estava sendo proposto para compensação. Então, foi solicitado, foi estabelecido, no parecer técnico, uma Condicionante que passou também pela CPB que a empresa deveria na forma de adendo, vamos chamar assim, apresentar uma complementação à proposta de compensação florestal por intervenções em APP. Isso foi feito, o projeto executivo complementar foi apresentado, o parecer técnico que consolidou a verificação da conformidade dessa nova proposta ele só foi finalizado em novembro agora de 2014, então, estamos na eminência assinar esses Termos de Compromisso de Compensação Florestal na próxima semana, e como prevê a Portaria 99 fazendo o comunicado à SUPRAM para caracterizar o cumprimento da Condicionante. Eles têm 60 dias para apresentar à SUPRAM após a assinatura, então, por isso que está no status de em cumprimento. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Só essa questão de entrar essa Condicionante referente à Compensação das Áreas de APP que o IEF entendeu que ainda faltava uma certa adequação. É por isso que está constando parcialmente atendida aqui é por causa disso? É porque ainda vai ter essa segunda votação que deve ficar para a primeira ou segunda reunião. SILVIO (PRESIDENTE): Outro complicador para finalizar esse processo foi em função de uma arguição de que esse parecer complementar deveria passar pela CPB, então, houve uma discussão longa sobre isso, esse problema foi levado à gerente de Compensação Ambiental do IEF que tive o conhecimento hoje de um e-mail que recebi ontem do Sr. Gerente Dr. Samuel Andrade que tendo em vista a forma de cumprimento dessa Condicionante ela ficou da competência de deliberação ou de decisão pelo IEF, pelo regional. Então, havia essa dúvida se teria que passar também esse segundo parecer complementar lá pela CPB, mas não. Estamos praticamente finalizando, temos condições de finalizar culminando com a assinatura desses termos à partir de meados da próxima semana. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): É só um esclarecimento com relação a uma Condicionante do PU a Condicionante número 12 que fala da fauna geral. No PU a equipe tem como cumprida, mas na página 28 fecha a conclusão do seu relatório dizendo que não está claro no programa como serão tratadas as espécies ameaçadas de extinção, endêmicas, raras, etc. Dessa forma propõe que seja apresentado um plano de continuidade como Condicionantes. Eu não entendi se considerou cumprida ou não ou se está propondo mudar a Condicionante? E o prazo está lá em abril desse ano para terminar, só para esclarecimento desse ponto, por favor. GABRIELA (SUPRAM JEQ): Os relatórios eles estão satisfatórios, essa questão colocada que não ficou claro porque isso é uma coisa que estávamos discutindo se seria o caso de apresentar um programa para algumas espécies que estão na Condicionante 11. Porque até então essas espécies não foram encontradas, propus um programa específico para essas espécies. Mas como foi conversado hoje foram poucas campanhas, ainda faltam cerca de cinco campanhas para serem realizadas para encerrar o monitoramento. Estávamos conversando se não seria o caso esperar terminar o monitoramento para ver se vai ter a necessidade desse programa e iríamos esperar o final para vermos essa questão de apresentar ou não esse programa. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Nós tivemos a oportunidade de fazer uma reunião com o empreendedor que fez umas algumas solicitações em relação às Condicionantes, sobretudo de reelaboração dos termos das Condicionantes e eles apresentaram os argumentos deles, que vão ser apresentados aqui para essa URC ao final, havendo votação, havendo licença emitida, nós vamos discutir as Condicionantes. E algumas alterações inclusive desse programa de monitoramento já estão propostos como alteração. Parece que está desconecto porque havendo licença vamos discutir





393 as Condicionantes logo após nesse caso. Foi feito um levantamento, uma lista de espécies  
394 ameaçadas nos primeiros estudos que provavelmente é uma lista só bibliográfica e que não  
395 foram encontrados indivíduos dessas espécies, por isso a avaliação de continuidade ou não de  
396 um programa específico quando não há registro de espécie a ser monitorada, é uma questão  
397 puramente técnica, mas que tem solução. SILVIO (PRESIDENTE): Então nós vamos  
398 rediscutir uma Condicionante só para adequar seria isso não é? CAPITÃO NILSON NEVES  
399 (PMMG): Isso. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Dá as boas-vindas a Gabriela, a Sara  
400 espero que possamos um relacionamento de contribuição mútua de informações, possamos  
401 discutir e agregar cada vez mais informações e dados ao procedimento, que sejam muito  
402 felizes junto ao trabalho da SUPRAM. SILVIO (PRESIDENTE): Mais alguma manifestação?  
403 Em votação a concessão da Licença de Operação conforme item 5.1 da pauta. FELIPE  
404 (MINISTÉRIO PÚBLICO): Abstenção Ministério Público em razão da ação já ajuizada pelo  
405 próprio Ministério Público como instituição una, questionando a validade dos dispositivos da  
406 Lei 2922/2013 Lei Estadual e Lei Federal 12651/2012, ambas tidas como incidentes no  
407 procedimento. SILVIO (PRESIDENTE): Registra a abstenção do representante do Ministério  
408 Público, fica aprovada a Concessão da Licença de Operação a que se refere o item 5.1 da  
409 pauta. Coloco agora em discussão, existem algumas inscrições para manifestação. O  
410 empreendedor fica à vontade cinco minutos. DANIEL (ANGLO AMERICAM): Nós nos  
411 inscrevemos no caso da necessidade de algum esclarecimento e para fazer a questão das  
412 alterações de Condicionantes. SILVIO (PRESIDENTE): Vamos colocar em discussão as  
413 Condicionantes. DANIEL (ANGLO AMERICAM): Desculpe. Os conselheiros não serão  
414 ouvidos primeiro em relações a sugestões deles? SILVIO (PRESIDENTE): Colocaremos em  
415 discussão, primeiro as propostas dos senhores conselheiros e depois abriremos para os  
416 interessados. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Se existe uma proposta de comum acordo  
417 da SUPRAM e do empreendedor de alterar as Condicionantes, talvez fosse interessante  
418 conhecermos como as Condicionantes estão sendo sugeridas pela SUPRAM agora, para  
419 propormos alteração nessa ideia nova da SUPRAM. A título de sugestão, às vezes a  
420 SUPRAM ou o empreendedor alguém puder se manifestar quais são essas novas redações,  
421 isso poderia otimizar. SILVIO (PRESIDENTE): Solicito a manifestação em paralelo da  
422 SUPRAM e do empreendedor para otimizar o tempo. Esta concedida a palavra ao  
423 representante do empreendimento. DANIEL (ANGLO AMERICAN): Cumprimenta a todos.  
424 Dá boas-vindas ao Presidente e aos novos servidores da SUPRAM. Fizemos uma reunião hoje  
425 com os técnicos da SUPRAM na verdade a gente não está suprimindo nenhuma  
426 Condicionante e nenhum termo da Condicionante o que tentamos fazer foi que ficasse mais  
427 objetivo às obrigações que viriam delas como, por exemplo, a primeira Condicionante era.  
428 *“Apresentar relatório acompanhado de análise técnica das atividades realizadas para cada*  
429 *Público específico do programa de comunicação social segurança e alerta e educação*  
430 *ambiental, contemplando o conteúdo abordado, a metodologia utilizada, os resultados*  
431 *alcançados, além do registro fotográfico das ações desenvolvidas”*. Ocorre que esses  
432 programas da Licença de Instalação eles tinham uma atenção voltada para o momento da  
433 instalação, ainda que alguns deles falassem que ele iria perdurar durante a operação ele não  
434 tinha exatamente atividades vinculadas à operação. Por exemplo, quando falava de educação  
435 ambiental para o público externo para o público interno. O Público interno na linha de  
436 transmissão na fase de implantação era um público que estava na faixa trabalhando na  
437 implantação da linha de transmissão, hoje o Público interno que vai fazer toda essa, que vai  
438 ainda trabalhar nessa faixa ele é um Público que fica lotado na mina, e já sofre o programa de  
439 educação ambiental, faz uso do programa de educação ambiental da nossa Licença de  
440 Operação da mina. Outro exemplo, o programa de comunicação para operação ele está  
441 embutido em todos os programas, não existe um programa de comunicação específico,



estamos sugerindo algumas alterações nesse sentido e transformando essa Condicionante número um na seguinte sugestão. Apresentar uma proposta para a SUPRAM de escopo para esses programas porque o programa da LI, ele não é o escopo do programa de LO, então, para esclarecer quais são as ações, é preciso que apresentemos para a SUPRAM um programa dentro daquilo que está no Parecer Único e dentro daquilo que conversamos e sabe que eles querem e assim colocamos na apresentação como 1a que depois iria virar a Condicionante número dois, apresentar o relatório desses programas, então, a primeira coisa que a gente sugere é apresentar em 90 dias o escopo dos programas, e tirar o programa de comunicação social efetivo para linha de transmissão, porque a comunicação social dele estará dentro dos outros programas, então se eu vou fazer a recuperação de uma área degradada e preciso comunicar aquela ação dentro do programa de áreas degradadas já vai estar previsto a parte de comunicação social daquele programa, com isso conseguimos deixar objetivo e claro que a gente pretende. Na Condicionante 1a que a gente sugeriu que seria a 2, a gente mudou também então, o prazo dela, o prazo da Condicionante de entrega de relatórios era anualmente durante a vigência da licença, a gente mudou o prazo para ficar igual aos prazos de LO da mina, com a mesma redação da LO da mina e qual é a lógica dessa redação? É o prazo é anualmente até 31 de Março de cada ano referente às informações do ano base anterior de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro. Então quer dizer, eu vou fazer de 01 de Janeiro até 31 de Dezembro fecho o ano e tenho 2 meses para consolidar essas informações e protocolar no órgão ambiental. Dessa forma efetivamente estou medindo o ano inteiro, se eu fico no anualmente e tenho que entregar até dezembro eu vou ficar sem medir novembro e dezembro, consolidar informação então. Então, é uma forma que a SUPRAM sugeriu no processo de LO da mina para que a gente possa medir o ano inteiro e no ano subsequente entregar o relatório. A próxima, a Condicionante 2 que é. *“Encaminhar relatórios referente as ações do programa de manejo das faixas de servidão sob a linha de transmissão, e programa de monitoramento ambiental do empreendimento anualmente”*. A gente está pedindo a exclusão dele por quê? Primeiro o programa de manejo da faixa já está na Condicionante 1, portanto, nós vamos apresentar um escopo e vamos apresentar o relatório. E programa de monitoramento ambiental, nessa fase do empreendimento ele já é feito pelo próprio programa de manejo, ele já faz o monitoramento e o próprio programa de recuperação de área degradada ele já faz o monitoramento ambiental. Então, perde um pouco o sentido ter um programa para isso. Então, a nossa sugestão é excluir a 2 por quê? Nós colocamos o manejo de faixa na 1 e o monitoramento ele já é o próprio manejo e o programa de monitoração de área degradada. A 3 a gente no primeiro momento tinha sugerido a exclusão dela, mas depois com a SUPRAM a gente entendeu que ela não precisava excluir e aí, entra aquele negócio, como é bom conversar antes que a gente entende a Condicionante. Ela estava assim. *“Apresentar relatório da continuidade de monitoramento das matrizes e coleta do material reprodutivo referente ao programa de manejo e resgate de fora”*. Conforme o nosso programa. O nosso programa previa isso na execução no primeiro ano de operação da linha de transmissão. Como a linha de transmissão faz um ano de operação, esse relatório da continuidade ele já existe ele já foi feito a continuidade. Então, o que nós vamos fazer aqui que nós combinamos é colocar, apresentar o relatório final e consolidado da continuidade, ao final incluindo o ano de 2014, e quando eu vou entregar isso? Como é um relatório anual, em 31 de Março de 2015. Então, portanto, a gente sugere uma adequação nele a 1 para ficar claro, que esse relatório conforme estava previsto no programa é do primeiro ano de operação 2014, e ele será entregue então, em março de 2015. A Condicionante 4 é *“Apresentar relatório contendo identificação das espécies resgatadas que não foram identificadas até a apresentação do relatório final no prazo de 60 dias após a emissão da Licença de Operação”*. A única coisa que estamos pedindo é que seja feita uma alteração, é apresentar



relatório identificação das espécies resgatadas no programa de manejo e resgate de flora que não foram identificadas até a apresentação do relatório final no prazo de 18 meses após a emissão da Licença, em vez de 60 dias. Por quê? Para a gente fazer essa identificação é necessária uma identificação taxonômica, que não dá para ser feita em 60 dias, ela leva mais tempo. Então, nós vamos fazer a identificação, e o prazo que a gente pede para que a gente possa identificar é então 18 meses após a emissão da Licença. Só o prazo. E porque não estava claro que era flora e para não falar que teríamos que resgatar a fauna. A 5, “*Apresentar relatório com a porcentagem de sobrevivência das espécies no viveiro e do plantio e sobrevivências nas áreas destinadas à implantação do PTRF, anualmente durante a implantação do PTRF*”. Pedimos para fazer uma substituição, que não podemos fazer o plantio na área destinada a implantação do PTRF que seja da própria faixa, a própria faixa na verdade ela tem que ficar devidamente podada. Pedimos para colocar que seja nas áreas mudas na reintrodução nas áreas das espécies de compensação florestal, que é pegar aquilo que temos e fazer a reintrodução na área de compensação florestal. O prazo é anualmente durante as ações de compensação florestal. Então tudo aquilo que vai estar lá no termo, que vamos fazer o enriquecimento e vamos utilizar essas porcentagens. A 6, “*Apresentar relatório do programa de áreas degradadas e controle dos processos erosivos com avaliação técnica e medidas a serem tomadas nas áreas com desempenho inadequado e nos novos focos de erosão identificados*”. A gente sugere a exclusão dessa aí pelo mesmo motivo, ela já está incluída na um, vai ter um escopo e o relatório dela, então, ela, não é que ela some, ela é um programa que está incluído na Condicionante número 1. A Condicionante 7 que é a de compensação florestal, não há que fazer alteração. A Condicionante 8 também não precisa ser feita alteração. As Condicionantes 9,10 e 11, elas são Condicionantes complementares e pedimos que elas virem uma Condicionante só, propondo a redação. A primeira a nove é, realizar campanha, a dez, encaminha a SUPRAM relatório parcial e a onze é encaminhar a SUPRAM relatório final. Propomos que ela vire uma só. Realizar as campanhas restantes de monitoramento de fauna para avifauna, herpetofauna e mastofauna e encaminhar um relatório parcial ao final do primeiro ano de operação, que é o que a gente fez até hoje, e relatório ao final do segundo ano de operação contendo os tratamentos estatísticos para cada grupo, análise técnica feita por profissional habilitado discussão e conclusão a cerca dos impactos do empreendimento gerados na fauna. Continuamos mantendo a mesma coisa, realizar, apresenta o parcial e apresenta o final, o prazo é aquele prazo para adequar o prazo para a licença de operação da mina também, anualmente até dia 31 de Março de cada ano referente as informações do ano base anterior de 01 de Janeiro à 31 de Dezembro. Dr. Felipe sugeriu a inclusão nessa aqui. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Conversando com o Rodrigo, porque em que pesa está escrito mastofauna tem a restrição à mamíferos não voadores, talvez se tirasse essa restrição, já seria suficiente para abarcar. DANIEL (ANGLO AMERICAN): Tirando isso ou colocando quirópteros como o Sr. quiser. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Do jeito que vocês acharem mais apropriado. Pede para voltar na Condicionante 1 sugerida pelo empreendedor. DANIEL (ANGLO AMERICAN): Falta a 12. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Se desculpa. DANIEL (ANGLO AMERICAN): A 12, “*Apresentar um plano de continuidade do programa de monitoramento da fauna ameaçada endêmica, vulnerável e com insuficiência de dados, a tendendo-se para as espécies sugeridas a serem incluída no monitoramento. Trinta dias após a concessão da LO*”. O que nós estamos propondo aqui, já fazemos o monitoramento, a amostragem dessas espécies elencadas foi muito baixa, o que demonstra que efetivamente não ocorre ali no entorno do empreendimento, propomos continuar fazendo esse monitoramento e ao fim dele, no relatório final, apresentarmos uma análise disso. Então é; apresentar ao fim do monitoramento de fauna um plano de continuidade do Programa de Monitoramento de Fauna ameaçada endêmica,



vulnerável e com insuficiência de dados, caso os resultados finais indiquem essa necessidade. Assim no relatório final vamos fazer uma análise da necessidade ou não apresentar para a SUPRAM e a SUPRAM se manifesta se continuamos ou não fazendo esse monitoramento. Percebemos que provavelmente a lista utilizada como espécies ameaçadas, endêmicas ou vulneráveis veio da bibliografia, e ela não está se aplicando em loco. Estamos propondo continuar averiguando e apresentar o resultado. Porque se estamos monitorando e até agora somente uma dessas espécies apareceu uma vez, acredito que a gente tende a não precisar fazer esse monitoramento mais. Então, fazemos essa proposição ao final, no relatório final, se tivermos alguma percepção diferente, vamos propor diferente e a SUPRAM vai ter o resultado para poder analisar ao final. Então é essa a nossa sugestão. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Eliana, antes de adentrar se a SUPRAM puder mencionar porque parece que há concordância da SUPRAM. ELIANA (SUPRAM JEQ): A melhor forma seria então, excluir porque para unificar a gente vai ter que excluir a 9, 10 e 11 e inclui essa nova proposta de vocês. **NÃO IDENTIFICADO:** Volta, por favor, na Condicionante número 1. SILVIO (PRESIDENTE): Por favor, por uma questão de ordem. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Com relação a 12 ali não entendi qual seria esse prazo do relatório final. **NÃO IDENTIFICADO:** Ele é o relatório final a que se refere a 11 a 9,10 e 11 ou elas em uma sua só, é o relatório final, mais um ano de monitoramento, ao final falaremos se realmente faz sentido monitorar espécie endêmica, vulnerável, ou se não faz sentido. O que fazer em relação a isso? CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Eu só chamo a atenção da SUPRAM com relação à proposta dos prazos, a grande maioria esta colocando até 31 de Março. **NÃO IDENTIFICADO:** As que são anuais. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): E a SUPRAM teriam que analisar esses relatórios, emitindo pareceres tem um prazo interno regimental, para se definir os próximos passos após essa análise, parece que vai ficar sobrecarregado, e o resultado desse relatório da SUPRAM para dar o relatório à empresa, e até o COPAM acompanhar, é possível aplicar essa metodologia? A equipe tem condições de fazer isso tranquilamente? RODRIGO (SUPRAM JEQ): Essa foi uma discussão que fizemos com muito cuidado ao longo desse ano, com relação a LO da mina que é muito mais carregada muito mais pesado de informação do que da linha de transmissão. E chegamos a conclusão que do jeito que está é impossível fazer o acompanhamento par e passo ao cumprimento de Condicionante. Porque temos todo mês, diversos protocolos diferentes de condicionantes chegando na SUPRAM, e fazemos e perdemos. Nós excluimos a entrega de dado, então, faz monitoramento, eu não preciso saber qual é o dado, mês a mês que tem de qualidade de água; eu preciso que a empresa as alterações e em quais parâmetros. Os dados têm que estar disponíveis para a fiscalização a qualquer momento. Vamos receber relatório consolidados que demonstram a efetividades dos programas que demonstram a qualidade, onde deu certo o que está funcionando e o que está errado. A ideia é que consigamos fazer isso para todos os outros empreendimentos. Todos os relatórios da Anglo serão entregues junto em março, temos abril para uma equipe inteira verificar o cumprimento de Condicionante da Anglo de uma vez, pronto. Porque é muito melhor fazer isso do que ficar todo mês tirando a equipe para analisar o cumprimento de duas, depois mais duas; depois mais cinco. Achamos que funciona assim. MARCO ANTÔNIO (SETOP): Dentro desse modelo de programa está incluído o combate a incêndio, a educação? Porque os maiores problemas em linhas de transmissão hoje estão os incêndios em baixo das linhas de transmissão. DANIEL (ANGLO AMERICAN): Confirma. Tem o programa de educação público externo o que vamos colocar no programa interno, vamos fazer referência à mina, e o combate de incêndio também está incluído. ALEX (CAMINHOS DA SERRA): Esse lapso de tempo vocês entendem que não interfere, porque vai fechar vai ter três meses, vocês vão analisar, então vai ficar uns cinco a seis meses sem a continuidade? Como que é? ELIANA (SUPRAM JEQ): Não eles continuam monitorando.



RODRIGO (SUPRAM JEQ): Estamos falando de relatório anual, mas o cumprimento das condicionantes ele não para no relatório. Então, se tem uma licença de seis anos com o monitoramento de seis anos, todo ano vai ter. Então, em 31 de Dezembro eles fecham aquele ciclo, ficam janeiro e Fevereiro consolidando os dados, fazendo a análise, têm que nos trazer os dados analisados por eles, com análise crítica daquilo e entregam em Março. Mas a continuidade dos programas é garantida. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Daniel, a proposta da Anglo substituiria a Condicionante número um e suprimir outras Condicionantes também não é isso? A dois, só para conferirmos se todos os programas abarcam os objetos das demais Condicionantes. **NÃO IDENTIFICADO:** A ideia é exatamente essa. A um onde fala, as outras Condicionantes que citam os programas que foram incluídos na um elas foram suprimidas e a gente incluiu a 1ª, que ela é praticamente na verdade a redação antiga. As suprimidas são a dois que já tem o programa de manejo de faixa, a seis que é o PRADE que é o controle de processos erosivos que está na um também. E aí a junção isso. Elas serão excluídas e será proposta uma nova. Dr. Felipe eu sugiro que o Sr. já então coloque a redação do Sr. lá nas três que se juntaram lá. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Que vai ser na nova redação, uma nova Condicionante que vai haver a exclusão de três; e uma nova Condicionante. Coloquei a título de sugestão da inclusão dos quirópteros também de monitoramento da fauna, mas, para a equipe técnica avaliar uma vez que, terão uma informação mais adequada para tanto. RODRIGO (SUPRAM JEQ): Não está proposto nos programas de monitoramento de fauna o monitoramento de quirópteros, então, ele teria que ser solicitado, apresentado de alguma maneira, tem que ter uma apresentação de um subprograma que seja; para avaliação e validação de metodologia para que ele possa ser incorporado no monitoramento. Estamos propondo que na própria Condicionante 1 em vez de mudar na 2, na própria Condicionante 1 seja apresentada o escopo de proposta de um subprograma de monitoramento de quirópteros, dentro do programa de monitoramento da fauna, é só alterar aqui e no mastofauna já vem tudo. FELIPE (MINISTÉRIO PÚBLICO): Na 1a; a gente vai ter que adequar esse texto, porque a 1 a vai ser apresentar o relatório das atividades conforme estabelecido no escopo da 1. RODRIGO (SUPRAM JEQ): Isso, perfeito. Tudo bem para a Anglo? DANIEL (ANGLO AMERICANA): Confirma. RODRIGO (SUPRAM JEQ): Senhores conselheiros, terminamos de fazer as alterações das propostas Condicionantes que foram acordadas já entre o empreendedor e a SUPRAM, e eu gostaria de fazer a leitura já das Condicionantes no formato final. Então a primeira Condicionante, vou manter a numeração mas depois isso vai ser alterado no anexo primeiro do parecer. Então, a primeira Condicionante. *“Apresentar proposta de escopo para os programas, Programas de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Manejo da Faixa de Servidão, Programa de Educação Ambiental e Subprograma de Monitoramento de Quirópteros considerando a fase operacional da estrutura. Prazo noventa dias”*. Noventa dias para apresentar a proposta de escopo, é da concessão. Condicionante 1 a. *“Apresentar relatório acompanhado de análise técnica das atividades realizada para cada Público específico do Programa de Recuperação de áreas Degradadas, Programa de Manejo da Faixa de Servidão, Programa de Educação Ambiental, Programa de Segurança e Alerta do Trabalhador e Subprograma de Monitoramento de Quirópteros contemplando o conteúdo abordado a metodologia utilizada e os resultados alcançados, além do registro fotográfico das ações desenvolvidas. Prazo anualmente até 31 de Março de cada ano referente às informações do ano base anterior de 01 de Janeiro à 31 de Dezembro”*. Condicionante número 2, pela exclusão. Condicionante número 3. *“Apresentação de relatório final consolidado da continuidade do monitoramento das matrizes e coleta do material reprodutivo referente ao Plano de Manejo e resgate da flora incluindo o ano de 2014. Prazo anualmente até 31 de Março de cada ano referente às informações do ano base anterior de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro”*. Condicionante



número 4. “Apresentar relatório contendo identificação das espécies resgatadas do Programa de Manejo e Resgate de Flora que não foram identificadas até a apresentação do relatório final. Prazo dezoito meses após a emissão da licença”. Condicionante número 5. “Apresentar relatório com a porcentagem de sobrevivência das espécies no viveiro e do plantio e sobrevivência das mudas na reintrodução das espécies nas áreas de compensação florestal; anualmente durante a implantação das compensações durante as ações de compensação florestal”. Condicionante número 6 pela exclusão. Condicionante número 7. Pela manutenção conforme parecer único. Para leitura. “Apresentar a SUPRAM Jequitinhonha os termos de compromisso de compensação florestal por intervenção em vegetação nativa do bioma mata Atlântica firmado junto ao IEF e GCA. Prazo sessenta dias após assinatura do termo”. Condicionante número 8, pela manutenção da Condicionante do PU. “Apresentar a SUPRAM Jequitinhonha cópia da publicação no diário oficial da aprovação do processo de compensação ambiental por intervenção APP e os termos de compromisso de compensação florestal, firmados junto ao IEF e GCA. Prazo sessenta dias após assinatura do termo”. Condicionante 9,10 e 11 pela exclusão. Inserção da Condicionante no lugar dessas 9,10 e 11 com o seguinte texto. “Realizar as companhias restantes de monitoramento de fauna para avifauna, herpetofauna e mastofauna e encaminhar um relatório parcial ao final do primeiro ano de operação e relatório final, ao final do segundo ano de operação contendo os tratamentos estatísticos para cada grupo, análise técnica feita por profissional habilitado, discussão e conclusão a cerca dos impactos gerados pelo empreendimento na fauna. Prazo anualmente até 31 de Março de cada ano referente às informações do ano base anterior de 01 de Janeiro à 31 de Dezembro”. Condicionante número 12. “Apresentar ao fim do Programa de Monitoramento de Fauna um plano de continuidade do programa de monitoramento da fauna ameaçada endêmica, vulnerável e com insuficiência de dados, caso os resultados finais indiquem essa necessidade. Prazo constar do relatório final do Programa de Monitoramento da fauna”. SILVIO (PRESIDENTE): Indaga se há ainda alguma sugestão com relação às Condicionantes? Não havendo mais nenhuma sugestão. De forma resumida o que está em deliberação são as alterações das Condicionantes 1, 3, 4, 5, e 12. A exclusão das Condicionantes 2, 6, 9, 10 e 11 e a Inclusão de duas novas Condicionantes a chamada 1 a que doravante deverá receber uma nova numeração e aquela que receberá nova numeração que virá substituir as Condicionantes número 9,10 e 11. Coloca em votação e aprovam a nova redação de como virá o anexo 1 das Condicionantes a que se refere o parecer único. Item 7 da pauta da 90ª Reunião Ordinária. **7. Proposta de Agenda Anual para as reuniões da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha do COPAM, para o ano de 2015. Apresentação: Supram JEQ.** ELIANA (SUPRAM JEQ): O calendário foi encaminhado, procuramos adequar e manter às segundas quintas-feiras, fazendo adequações com relação a feriados, em fevereiro, vamos passar por um período da mudança, achamos por bem prever a reunião mais para o final da última semana e também no mês de março para não ficar um intervalo muito próximo fugindo assim da segunda quinta. Em 2014, tivemos sérios problemas com relação às datas de reunião antes encaminhávamos para a Prefeitura essa agenda e a conseguimos o bloqueio de todas as datas hoje isso já não é mais possível. Então, temos que fazer isso a cada mês, e muitas vezes a data que foi aprovada no nosso calendário a Prefeitura não tem como disponibilizar, vamos tentar dentro do possível seguir a agenda para facilitar o planejamento dos senhores. Alguma alteração? Alguma sugestão? CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): As agendas da COPA também têm sido feitas no mesmo dia do COPAM e tem acontecido do meu impedimento e os suplentes estarem também com essa incumbência da reunião da COPA na parte da manhã. Vai manter essa mesma dinâmica do mesmo dia da reunião? ELIANA (SUPRAM JEQ): Confirma. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Não dá para alterar isso não? ELIANA



(SUPRAM JEQ): Não, por questão de logística facilita, considerando que se tem o Presidente também que já está deslocando, ele já vem e faz. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): É o mesmo presidente da COPA? ELIANA (SUPRAM JEQ): É o mesmo que preside o URC preside a COPA. CAPITÃO NILSON NEVES (PMMG): Então não tem jeito mesmo não. ELIANA (SUPRAM JEQ): Agradece o Conselheiro José Otoni pelo lanche. SILVIO (PRESIDENTE): Com relação ao item 7 permanece em discussão, mais alguma manifestação? Coloca votação e aprova a proposta de agenda anual para as reuniões da URC Jequitinhonha do COPAM para 2015. **8. Encerramento:** Agradece e parabeniza a todos pela forma participativa, colaboração para que a reunião ocorresse de forma a mais adequada possível. Encerrada a reunião. Agradece. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião e eu, Elisângela Cláudia Lima Garcia, lavrei a presente Ata que segue por ele assinada. Diamantina, 11 de dezembro de 2014.

---

SILVIO HENRIQUE CRUZ VILHENA – (presidente suplente)